

EDUCAÇÃO SUPERIOR



Data de atualização: 05/2019

Educação Superior

A educação superior é formada por programas educacionais "posteriores à educação secundária, ministrados por universidades ou outros estabelecimentos qualificados como instituições de educação superior pelas autoridades competentes do país e/ou sistemas reconhecidos de homologação" (UNESCO, 1997).

Os programas de nível superior se apoiam ou partem do conhecimento adquirido na educação secundária. Sua finalidade é que os alunos desenvolvam habilidades complexas em um campo de estudo especializado. Contemplam a formação profissional, vocacional avançada e acadêmica. A educação superior inclui programas educacionais terciários de ciclo curto (CINE 5), graduação em educação terciária ou equivalente (CINE 6), mestrados, especializações ou equivalentes (CINE 7) e nível de doutorado ou equivalente (CINE 8).

Os programas educacionais de nível CINE 5 ou a educação terciária de ciclo curto oferecem conhecimentos, habilidades e competências profissionais. Têm um componente prático voltado para a formação em ocupações específicas e preparando os estudantes para o mundo do trabalho.

Programas educacionais no nível CINE 6 ou superior oferecem conhecimentos, habilidades e competências acadêmicas e/ou profissionais. Embora geralmente ofereçam um componente prático, são essencialmente programas teóricos orientados para a pesquisa. A oferta de programas do CINE 6 tende a se concentrar em universidades e institutos de nível superior. Em alguns países, é necessário um exame de admissão para entrar nos programas do CINE 6.

Os programas do nível CINE 7, isto é, os mestrados e as especializações, estão orientados para desenvolver habilidades de pesquisa. São essencialmente teóricos e, em alguns casos, incluem formação prática. A oferta de programas do nível CINE 7 se concentra geralmente em universidades e institutos de nível superior.

Programas no nível CINE 8 ou nível de doutorado ou equivalente são orientados para pesquisa avançada. Em geral, os programas CINE 8 concluem com a apresentação e defesa de uma tese, contribuindo significativamente para um campo específico do conhecimento. Este tipo de programas é oferecido exclusivamente em universidades e institutos de nível superior.

A educação superior na América Latina

Um simples panorama da história recente mostra que os jovens latino-americanos estão ganhando terreno na arena pública. Um dos principais pontos deste debate é a distribuição desigual de oportunidades para que os jovens implementem suas capacidades durante a transição para a aquisição gradual de autonomia e sua incorporação na vida adulta. Existe um consenso geral de que o acesso à educação de qualidade e ao trabalho decente constitui um elo crítico para o desafio de incluir socialmente os jovens nos países da região (SITEAL, 2016).

Atualmente, Costa Rica, Bolívia e República Dominicana são os países que desenvolveram planos de educação superior nos quais apresentam as diretrizes que estruturam a política educacional. É assim que apresentam seus objetivos estratégicos e o conjunto articulado de ações por meio das quais buscam garantir uma trajetória educacional sustentada ao longo do tempo. Os demais países apresentam seus objetivos estratégicos em diferentes instrumentos de planejamento, como o plano de educação, o plano de governo e/ou o plano de desenvolvimento de ciência e tecnologia.

De acordo com o documento CRES 2018, a taxa bruta média de matrícula na região para o período de 2000 a 2013 foi de 43%. Em 2015, a matrícula na educação terciária na América Latina e no Caribe foi de quase 24 milhões de estudantes. No entanto, apenas cerca de metade dos alunos matriculados obtém um grau ou diploma entre 25 e 29 anos e quase a mesma proporção abandona ou muda de carreira no final do primeiro ano de estudo.

A partir da leitura de documentos de planejamento educacional, parece que a maioria dos países pretende continuar expandindo o acesso à educação superior e orientando esforços, tanto para alcançar uma maior permanência quanto a maior graduação dos alunos.

Entre os esforços realizados pelos estados, destacam-se as ações voltadas ao fortalecimento da qualidade da aprendizagem, a articulação da educação superior e o financiamento do sistema.

Nesse sentido, os estados buscam atingir padrões excelentes de qualidade, através da reestrutura da oferta acadêmica e dos currículos educacionais, da formação contínua e permanente dos professores e da criação ou modernização de instituições que planejam, coordenam e articulam a educação superior.

Observa-se também o interesse de fortalecer os mecanismos de articulação da educação superior com o nível secundário, dentro do próprio nível e com o setor produtivo. Em relação a este último, destaca-se a capacidade de promover atividade científica e técnica; e contribuir para a transferência e uso do conhecimento, conectando instituições de educação superior e centros de pesquisa com os setores público e privado.

Finalmente, o foco está na geração de mecanismos de transparência e redistribuição equitativa de recursos para as universidades e no fortalecimento das alocações orçamentárias, a fim de ampliar a cobertura estudantil e a oferta acadêmica.

1. Porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos que frequentam o nível superior

País	cca 2005	cca 2015	Variação 2005 - 2015
Argentina	33	32,3	-2.0
Bolívia (EP)	0	30,9	s / d
Brasil	14,2	18,3	29
Colômbia	18,2	25,3	38,9
Costa Rica	24,1	31,1	29
Chile	0	38,5	s / d
República Dominicana	24	26	8,5
Equador	20	21,2	6,3
El Salvador	0	15,8	s / d
Guatemala	7,5	6,5	-13.3
Honduras	8,8	11,9	34,8
México	19,7	25,3	28,3
Nicarágua	0	14,9	s / d
Panamá	25,5	25,9	1,2
Paraguai	15,7	25,3	61,7
Peru	18	33,8	87,8
Uruguai	20,9	23,4	11,7
Venezuela (RB)	10,3	19,7	91,7

Fonte: SITEAL, com base em pesquisas domiciliares de cada país.

2. Marco regulatório, institucionalidade e sistemas de acreditação e/ou avaliação

País	Marco normativo do nível superior	Institucionalidade	Sistema de acreditação e/ou avaliação
Argentina	Lei de educação superior n° 24.521 de 1999, modificada pela Lei 27.204/15	Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Políticas Universitárias	Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária (CONEAU)
Bolívia	Constituição Nacional/Lei de Educação 070-2010/Decreto Supremo n° 3178 - 2017/Decreto Supremo 1433 Regulamento Geral de Universidades Privadas/Estatuto Orgânico, Regulamentos e disposições da Universidade Boliviana	Direção Geral de Educação Superior Universitária (DGESU)	Agência Plurinacional de Avaliação da Educação Superior Universitária
Brasil	Lei diretrizes e bases da educação nacional de 1996; Lei n° 9.131/95 cria Conselho Nacional de Educação /Lei n° 10.260, de 12 de julho de 2001.	Conselho Nacional de Educação/Secretaria de Regulamentação e Supervisão da Educação Superior (SERES)	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)
Colômbia	Lei n° 30 de 1992 de Educação Superior	Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação Superior	Sistema Nacional de Acreditação (SNA)
Costa Rica	Lei 6541 de 1980 e Decreto Regulamentário n° 36289 MP/DS n° 3178-2017/Decreto 38639 Regulamento à lei que regula as instituições do ensino superior para universitária.	Conselho Superior da Educação Pública/Conselho Nacional do Ensino Superior Universitário Privado (CONESUP)	Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior (SINAES)
Chile	Lei n° 21.091 de 2017 sobre Educação Superior	Subsecretaria e Superintendência específica para o âmbito da educação superior	Conselho Nacional de Acreditação
Cuba	Lei de Nacionalização Geral e Gratuita do Ensino/1961	Ministério da Educação Superior	
Equador	Lei Orgânica de Educação Superior (LOES) de 2010 Regulamentada mediante o Decreto Executivo n° 865	Secretaria Nacional de Educação Superior Ciência, Tecnologia e Inovação	Conselho de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade da Educação Superior (CEAACES)
El Salvador	Lei de Educação Superior Decreto n° 468 de 2004, Regulamentada pelo Decreto 65 de 2009.	Ministério da Educação (MINED)	Comissão de Acreditação da Qualidade da Educação Superior (CdA)
Guatemala	Constituição Política da República de Guatemala/Lei Orgânica da Universidade de San Carlos de Guatemala dada pelo Decreto n° 325 de 1947/Lei de Universidades Privadas estabelecida mediante Decreto Legislativo 82-87	Universidade de San Carlos	Universidade de San Carlos; Conselho de Educação Privada Superior (CEPS)
Honduras	Decreto n° 142 de 1989 "Lei de Educação Superior" e seu regulamento aprovado pelo Conselho de Educação Superior/Lei de Universidades Particulares Decreto n° 577 de 1978.	Conselho de Educação Superior/Universidade Nacional Autônoma de Honduras/Sistema de Investigação Científica e Tecnológica em Educação Superior	Comissão Nacional de Acreditação da Qualidade de Educação Superior (CNACES), Sistema Hondurenho de Acreditação da Qualidade da Educação Superior (SHACES)
México	Lei para a Coordenação da Educação Superior 1978/Lei para a Coordenação, Financiamento e Avaliação da Educação Superior (projeto de lei)	Subsecretaria de Educação Superior	Conselho para a Acreditação da Educação Superior, A.C. (COPAES)
Nicarágua	Lei n° 89 de 1990 de Autonomia das Instituições de Educação Superior e reformas mediante a Lei 103 de 1990	Conselho Nacional de Universidades	Conselho Nacional de Avaliação e Acreditação
Panamá	Decreto Executivo 50 de 1999/Lei n° 16 regulamenta o estabelecimento e funcionamento de universidades privadas		Sistema Nacional de Avaliação e Acreditação para o Melhoramento da Qualidade da Educação Superior Universitária do Panamá
Paraguai	Lei n° 4.995 de 2013 de Educação Superior	A Direção Geral de Universidades e Institutos Superiores	Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Educação Superior
Peru	Lei N° 30220 de 2014 "Lei Universitária"/Lei n° 30512 de 2015 de Institutos e Escolas de Educação Superior e da Carreira Pública de seus Docentes e seu regulamento aprovado por Decreto supremo n° 010-2017	Superintendência Nacional de Educação Superior Universitária (SUNEDU)	Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Certificação da Qualidade Educacional (SINEACE). Neste organismo encontram-se o CONEAU e CONEACES
R. Dominicana	Lei 139 de 2001 de Educação Superior, Ciência e Tecnologia		
Uruguai	Lei Orgânica da Universidade Pública/Lei n° 18.427 de 2008/Decreto n° 104-014 do ensino universitário e não universitário		Comissão <i>ad hoc</i> de Acreditação
Venezuela	Lei de Universidades	Ministério do Poder Popular para Educação Universitária, Ciência e Tecnologia	

A política educacional

A política educacional de nível superior é composta pelo conjunto articulado, regulamentado e dirigido de investimentos, bens, serviços e repasses que os estados orientam para garantir o direito à educação. Contempla também as decisões e a capacidade que cada Estado demonstra para sustentar o sistema educacional e reduzir a desigualdade de escolaridade entre os diferentes grupos sociais.

Os recursos destinados pelos estados para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem da população dentro do sistema educacional estão concentrados em pelo menos três focos.

O primeiro foco de intervenção da política educacional é a infraestrutura educacional. Assim, um volume importante de recursos é destinado para manter, expandir, recondicionar, equipar e fornecer tecnologia para a rede de serviços educacionais.

Infraestrutura	
Argentina	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Universidades Novas (PROUN)
	Programa de Bem-Estar Universitário (SPU)
Brasil	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)
Costa Rica	Fundo Especial para o Financiamento da Educação Superior
Equador	PROEDUCA
México	Fundo "Apoyos para la Atención a Problemas Estructurales de las Universidades Públicas Estatales" - SES ("Apoio à Atenção aos Problemas Estruturais das Universidades Públicas Estatais", em tradução livre)
Paraguai	Fundo Nacional para Investimento Público e Desenvolvimento

Um segundo foco de intervenção da política em educação são os recursos e as ações utilizados para fortalecer a articulação da educação superior com o setor produtivo. Neste caso, destacam-se duas linhas principais de ação: a) aquelas que são orientadas para acompanhar o aluno na transição para a educação superior e o mundo do trabalho, através de sistemas de estágios e práticas profissionais no setor público e privado e de orientação vocacional, entre outros; b) o conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da atividade científica, técnica e tecnológica, através da manutenção e criação de centros de formação, universidades e polos científicos, apoio financeiro à pesquisa e a criação ou modernização de instituições que articulem e gerenciem a política de ciência e tecnologia.

Articulação da educação superior com o setor produtivo	
Argentina	Empleartec
Brasil	Mais Ti
Colômbia	Programa de “Talentos Digitales” (“Talentos Digitais”)
México	México First (“México Primeiro”)
El Salvador	Programa Creando Conocimiento (“Criando Conhecimento”)
República Dominicana	“Fondo Nacional de Innovación y Desarrollo Científico y Tecnológico” (“Fundo Nacional de Inovação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico”)
Uruguai	Yo estudio y trabajo (“Eu estudo e trabalho”)

Um terceiro foco consiste em ações e recursos que visam gerar as condições ideais para sustentar a trajetória educacional dos jovens. Neste caso, é o apoio financeiro fornecido através de bolsas de estudo, créditos universitários, subsídios de transporte, alimentos e/ou materiais educacionais, assim como através de transferências condicionadas destinadas a jovens de setores sociais vulneráveis, para retomar ou iniciar a educação superior.

Bolsas de estudo	
Argentina	Bec.Ar e bolsas internacionais de estudo e pesquisa para argentinos no exterior e estrangeiros na Argentina
	Tarifa Universitária: Os estudantes universitários se beneficiam de um desconto de 20% sobre a tarifa normal dos serviços interurbanos de passageiros.
	Bolsas de Estudo “Progresar” (“Progredir”)
	“Programa Nacional de Becas Bicentenario” (PNBB) (“Programa Nacional de Bolsas de Estudo pelo Bicentenário”)
Bolívia	100 bolsas de estudo soberanas no nível de pós-graduação
Costa Rica	Empréstimos da Comissão Nacional de Empréstimos para a Educação (CONAPE)
	Sistema de bolsas universitárias e ajuda socioeconômica
Chile	Bolsas de Estudo do JUNAEB
	Programas de bolsas de estudo para a educação superior
	O cartão nacional de estudante (JUANE)
	Bolsas de estudo do Ministério da Educação: Bolsas de Estudo e Subsídio de Alimentação (BAES)
Equador	Bolsas de Estudo SENESCYT
El Salvador	Subprograma de Bolsas de Estudo do Vice-Ministério de Ciência e Tecnologia
	Programas de Bolsas de Estudos para a Educação Superior para filhos e filhas de veteranos e ex-combatentes
	Programa de Bolsas de Estudo FANTEL para a realização da educação superior

Guatemala	Programa de Bolsas de Estudo para Educação e Emprego
	Educação Superior: é uma intervenção do Programa “Mi Beca Segura” (“Minha Bolsa de Estudo Assegurada”)
	O Bem-estar Estudantil Universitário (BEU) da Universidade de San Carlos tem bolsas de estudo para admissões e readmissões
Honduras	Sistema de Bolsas de Estudos Presidenciais
	Bolsas de graduação e pós-graduação oferecidas pela universidade (intercâmbio com outros países)
México	Bolsas SES: Apoio a qualificações, atendimento a contingências, bolsas para formação, bolsas para continuar os estudos, bolsas de estudos de especialidade, mestrados, doutorados e pós-doutorados, etc.
	Bolsas de Estudo do Instituto Mexicano da Juventude
	Programa “Capacita-t”: oferece cursos e bolsas de estudos do SEP
	“Jóvenes con Prospera” (“Jovens com Prospera”)
Panamá	Bolsas de Estudo Nacionais / Internacionais
	Créditos para financiar estudos de nível superior
	Programa de Bolsas de Estudo IFARHU - SENACYT
Paraguai	Programa de Atenção a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade na Educação Superior
	Inclusão de Pessoas de Povos Originários na Educação Superior
	Projeto de Inclusão de Pessoas Privadas de Liberdade
	Programa Nacional de Bolsas de Estudo no Exterior “Don Carlos Antonio López” (BECAL)
Peru	PRONABEC
República Dominicana	Programa de Bolsas de Estudo Nacionais e Internacionais “Agentes del Cambio” (“Agentes da Mudança”)
	Bolsas de estudos nacionais e internacionais
Venezuela	Ajuda financeira da Secretaria de Atenção Integral ao Estudante de Educação Universitária
Créditos universitários	
Colômbia	Programa “Ser Pilo Paga”
Costa Rica	Créditos concedidos pela Comissão Nacional de Empréstimos para a Educação (CONAPE)
Panamá	Créditos para financiar estudos de nível superior
Transferências condicionadas	
Colômbia	“Jóvenes en Acción” (“Juventude em Ação”)
México	“Jóvenes con Prospera” (“Jovens com Prospera”)
República Dominicana	“Progresando con Solidaridad” (“Progredindo com Solidariedade”) - Incentivo à Educação Superior



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Instituto Internacional de
Planejamento Educacional
IIPE UNESCO Buenos Aires
Escritório para a América Latina

SITEAL



EDUCAÇÃO
SUPERIOR

